HISTÓRIA DA CHINA

Da Dinastia Manchu até a República Popular



Conselho Editorial da Editora Livraria da Física

Amílcar Pinto Martins - Universidade Aberta de Portugal

Arthur Belford Powell - Rutgers University, Newark, USA

Carlos Aldemir Farias da Silva - Universidade Federal do Pará

Emmánuel Lizcano Fernandes - UNED, Madri

Iran Abreu Mendes - Universidade Federal do Pará

José D'Assunção Barros - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Luis Radford - Universidade Laurentienne, Canadá

Manoel de Campos Almeida - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Maria Aparecida Viggiani Bicudo - Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro

Maria da Conceição Xavier de Almeida - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria do Socorro de Sousa - Universidade Federal do Ceará

Maria Luisa Oliveras - Universidade de Granada, Espanha

Maria Marly de Oliveira - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Raquel Gonçalves-Maia - Universidade de Lisboa

Teresa Vergani - Universidade Aberta de Portugal

Osvaldo Coggiola

HISTÓRIA DA CHINA

Da Dinastia Manchu até a República Popular

Série Saber & Crítica 22

LF EDITORIAL

2026

Copyright © Osvaldo Coggiola
1ª Edição

Direção editorial: Victor Pereira Marinho e José Roberto Marinho

Capa: Fabrício Ribeiro
Projeto gráfico e diagramação: Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coggiola, Osvaldo
História da China : da Dinastia Manchu até a República Popular / Osvaldo Coggiola. – São Paulo: LF Editorial, 2026. – (Série saber & crítica; 22)

Bibliografia
ISBN 978-65-5563-817-2

1. China - História 2. Comunismo - China 3. Revolução social I. Título. II. Série.

26-397057.0 CDD-951

Índices para catálogo sistemático:
1. China: História 951

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.
Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107 da Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física
www.livrariadafisica.com.br
www.lfeditorial.com.br

SUMÁRIO

A China dinástica 7
A China submetida 36
A rebelião nacional e democrática 54
O início da guerra civil 74
Da guerra mundial à vitória comunista 91
Entre guerra e revolução 106
Do conflito sino-soviético à revolução cultural 128
Da revolução à restauração 146
Cronologia 159
Bibliografia comentada 171
Sobre o autor 179


ASTANA
RUSSIA
KAZAKHSTAN
Lake Baikal
Lake Balkhash
ULAANBAATAR
MONGOLIA
Hailar
Harbin
Changchun
Hunchun
Karamay
Ürümqi
BISHKEK
KYRGYZSTAN
Shenyang
NORTH KOREA
PYONGYANG
Korla
Kashi
Hohhot
BEIJING
TAJ.
PAK.
Hotan
Yinchuan
Shijiazhuang
Tianjin
SEOUL
SOUTH KOREA
BOHAI SEA
YELLOW SEA
Golmud
Qinghai Hu
Xining
Taiyuan
Jinan
Qingdao
Lianyungang
Lanzhou
Xi'an
Zhengzhou
CHINA
Nanjing
Shanghai
Hefei
NEW DELHI
Wuhan
EAST CHINA SEA
Chengdu
Hangzhou
NEPAL
Lhasa
BHUTAN
KATHMANDU
THIMPHU
Chongqing
Nanchang
Changsha
Fuzhou
TAIPEI
Guiyang
INDIA
Kunming
Xiamen
TAIWAN
BANGL.
DHAKA
Guangzhou
Dongguan
Shenzhen
Foshan
Nanning
Macau
Hong Kong
PHILIPPINE SEA
HANOI
BURMA
Haikou
Gulf of Tonkin
Hainan Dao
SOUTH CHINA SEA
LAOS
NAYPYIDAW
ANDAMAN SEA
VIENTIANE
VIETNAM
PHILIPPINES
THAILAND
Paracel Islands
MANILA

A CHINA DINÁSTICA

No transcurso do século XX, uma revolução, ou melhor, uma série de revoluções modificou radicalmente as condições e modo de viver de um quinto da população do planeta (atualmente, população da China equivale a cerca de 17% dela). E tudo isso aconteceu num país só: a China. Sua história implica, portanto, a transformação socialmente mais abrangente da História Contemporânea. A Revolução Chinesa do século XX é a chave para a compreensão do papel central da China no mundo de hoje e, através dele, do próprio mundo do século XXI. Muitas vezes, a Revolução Chinesa é apresentada como fruto da vontade de um homem genial - Mao Ze Dong (adotamos esta grafia, hoje corrente, e não a antes prevalecente, Mao Tsetung), ou de uma conspiração muito bem tramada, a dos comunistas chineses, dirigidos por Moscou. Essa visão deixa de lado as condições históricas de uma revolução social, protagonizada, no caso da China, por centenas de milhões de pessoas. A maior revolução social da história aconteceu num país de 9,6 milhões de km², o quarto maior do planeta em superfície e, até tempos recentes, o maior em população, cujas paisagens variam de vastos desertos a enormes vales fluviais. Toda a Europa (excluindo a Rússia) compreende não mais que 5,5 milhões de quilômetros quadrados: pouco mais do que a metade da área da China.

A nação e o povo chineses têm origem milenar. A história registrada da China remonta a mais de 3200 anos. Sua dinastia mais antiga, a dinastia Xia, remonta a 2070 a.C, situada no Oeste de Henan e no Sul da atual província de Shanxi. Ela se estendeu até as margens do rio Huangxe e atingiu o limiar de uma sociedade escravocrata. Ela foi sucedida pelas dinastias Shang (1600 a.C) e Zhou (1046 a.C). A chamada "civilização chinesa", como conceito historicamente diferenciado, foi definida por um sistema de escrita comum, criado pela dinastia Qin no século III a.C., e pelo desenvolvimento de uma ideologia estatal baseada no confucionismo, no século II a.C (a obra de Confúcio é bem anterior). Tanto no Extremo Oriente como no Oriente Médio já se haviam desenvolvido unidades políticas extensas centradas em cidades importantes. Chung-Kuo (Reino Central) e Min-Kuo (Terra do Meio) eram os nomes que os chineses davam ao seu país. *China* provém da dinastia Ch'in, ou Ta'in, que reinou no século III a.C, quando a China já era o centro da civilização oriental. Nos inícios da era cristã, entre os séculos I e IV, durante a dinastia Han, não havia na China grandes cidades, mas pequenas cidadelas onde viviam os funcionários, a guarnição militar e alguns comerciantes. Os artesãos praticavam seus ofícios em pequena escala nas aldeias e eram escassos. O restante da população vivia no campo, onde havia grandes e pequenos proprietários e uma enorme massa de camponeses; a grande maioria da população chinesa era rural. A densidade demográfica era fraca. Ela aumentaria enormemente

no milênio sucessivo, quando também surgiram grandes cidades e capitais regionais, sem alterar drasticamente as coordenadas sociais, mas permitindo uma grande expansão, mediante meios militares (coercitivos) e comerciais, da sociedade chinesa na Ásia Oriental.

Entre os séculos IX e X, a China desenvolveu uma economia comercial que englobava um setor manufatureiro majoritariamente urbano, o que também reformulou a produção agrícola em grande parte do império. Desenvolveu-se uma classe dirigente que era um híbrido da elite latifundiária há muito estabelecida e dos estratos comerciais, classe que geria os assuntos económicos do país como uma mistura de agência privada e de preposta das operações do Estado imperial. No século XVI a China dominava quase toda a Ásia oriental. Se sua influência não se estendeu ainda mais, foi porque o Oceano Pacífico serviu antes para isolar a China do que para ligá-la ao resto do mundo. Os contatos com Ocidente eram, até então, esporádicos e de pouco impacto. Com uma história já milenar, a China sobre a qual as potências europeias se precipitaram no século XIX não tinha nada de uma civilização "atrasada".

Nas palavras de Enrica Colotti Pischel, "se a China atingiu um nível de organização, cultura, técnica e prosperidade que fizeram dela o mais alto e constante centro de civilização do mundo pré-capitalista, isso deveu-se em grande parte à importância representada pela existência do Estado chinês e das suas estruturas: mais vasto que o Império Romano e mantido unido por vínculos administrativos mais

profundos e flexíveis; não fragmentado internamente pela insuperável divisão entre livres e escravos; mais apto portanto a acolher e assimilar invasores e populações indígenas. O Estado soube dar forma organizativa à civilização chinesa". Essa civilização surpreendeu os europeus desde seus primeiros contatos regulares nos alvores da modernidade: na primeira metade do século XIV, viagens de comerciantes italianos pela Ásia, a partir do Mar Negro até a China, seguindo a rota aberta por Marco Polo, eram habituais. O "Oriente" era então bem menos misterioso do que seria depois que o Império Otomano elevasse uma muralha para os deslocamentos europeus no Leste mediterrâneo.

Durante a era cristã, a China foi o país mais povoado do planeta, tendo atingido um extraordinário equilíbrio entre o meio natural e o número crescente de seus habitantes. Esse equilíbrio só seria rompido durante o século XIX, e não por causas naturais, quando a China já contava com mais de 400 milhões de habitantes. No último milênio, a China apresentou um percentual ainda maior do que o atual na população total da Terra. Sua população quase triplicou entre 1700 e 1850, quando atingiu 430 milhões de habitantes. Enquanto a população total da Europa aumentava de 144 milhões em 1750 para 193 milhões em 1800, a da China passou de 143 milhões em 1741 para 360 milhões em 1812: a produção sistemática de arroz e outros gêneros alimentares básicos tornou possível uma densidade demográfica sem paralelo no Ocidente. O aumento populacional, de 65 milhões em 1400 para 430 milhões em 1850 — um

surto demográfico que ultrapassa de longe o da Europa na mesma época — testemunha o grau de expansão das forças produtivas e da sociedade chinesa. Durante a primeira expansão mundial europeia, os povos da Ásia Oriental conseguiram resistir ao Ocidente porque conheciam as armas de fogo, fortalezas, exércitos sedentários e navios de guerra, que existiam na China, Coreia e Japão

Durante a Idade Média, o retrocesso econômico era localizado na Europa. Na África, o comércio transaariano ligava a costa oriental da África à Índia e China. No Extremo Oriente, a China conhecia uma civilização vibrante, pioneira em inúmeras descobertas científicas (como a bússola, o astrolábio, a pólvora, o papel, a imprensa): os centros civilizacionais avançados e expansivos se encontravam no Extremo Oriente e, contígua à Europa, na civilização islâmica. Tanto na ciência quanto na arte, a China foi precursora. Possuidora de uma importante literatura nacional, inventou a imprensa cinco séculos antes de Gutenberg. A forma mais antiga de impressão é atribuída à China da dinastia Tang (618–907 d.C.) e ao uso de blocos de impressão (blocos de madeira entalhados com texto e imagens); obras inteiras — em sua maioria de natureza religiosa — eram impressas com grande precisão por meio desse método, tal como os europeus fariam mais tarde. Poder-se-ia argumentar que o crédito dado a Gutenberg não é pela invenção da impressão, mas especificamente pelos tipos móveis.

No entanto, também nesse ponto, a defesa do pioneirismo europeu descamba: a invenção dos tipos móveis

— uma técnica revolucionária em comparação com os blocos de impressão, mais volumosos e de produção trabalhosa — foi obra do chinês Bi Sheng. Entre 1041 e 1048, durante a Dinastia Song, ele inventou essa técnica quatro séculos antes de Gutenberg fazê-lo na Europa. O fato de a impressão ter surgido na China figura entre as "Quatro Grandes Invenções da China" na sua historiografia. Numa época em que o papel-moeda sequer era um conceito na Europa, o imperador da China já utilizava essa técnica para produzir cédulas monetárias em grande quantidade; além disso, sob a Dinastia Jin (1115–1234), cheques e documentos oficiais eram impressos utilizando tipos móveis de cobre. Na China encontramos as primeiras experiências de uso de papel-moeda, de curso legal e obrigatório. Por volta do século VII, surgiram na China casas de câmbio para trocar as moedas de comerciantes das diferentes regiões do país. Com o transcorrer do tempo, essas casas começaram a oferecer serviços bancários, como depósitos e empréstimos.

Exemplo do avanço científico chinês, o relógio mecânico de Su Song, do século XI, foi uma invenção que no Ocidente europeu só existiu a partir do século XIV. A tese do avanço cultural e científico chinês em relação à Europa foi levada ao ponto de Gavin Menzies sustentar que, em 1434, "China, a sociedade mais avançada do mundo, trouxe a faísca que acendeu o Renascimento. A partir dessa data, Europa adoptou ideias, descobertas e invenções chinesas". Uma frota chinesa (com embaixadores do Imperador) chegou na Toscana em 1434, onde o papa recebeu-a em

Florença. A delegação mostrou grande quantidade de conhecimentos: arte, geografia (incluindo vários mapa-múndi que teriam chegado às mãos de Colombo e Magalhães), astronomia, matemáticas, imprensa, arquitetura, aço e armamento militar. O acervo de conhecimentos chineses foi difundido em toda a Europa, influenciando gênios como Leonardo, Copérnico e Galileu. Gavin Menzies sustentou que as expedições náuticas organizadas pelo imperador chinês Zhou Di em 1421-1423 chegaram a percorrer boa parte dos litorais do Atlântico e do Pacífico das Américas, deixando em diversas regiões parte da sua tripulação (que teria se integrado às populações nativas) e vestígios da sua passagem, que não teria tido continuidade devido a uma crise da própria China, fechada dentro das suas fronteiras a partir de 1423. Os "almirantes eunucos", de origem mongol, chefes da expedição ordenada pelo imperador da China, eram Hong Bao (o "verdadeiro" descobridor da América do Sul, segundo Menzies), Zhou Man, Zhou When (o "verdadeiro" descobridor da América do Norte) e Yang Qing.

O carvão mineral, combustível da Revolução Industrial inglesa, era usado na China pelo menos três séculos antes daquela com as chamadas "pedras de fogo" descritas por Marco Polo; os exemplos desse tipo poderiam se multiplicar. A civilização chinesa utilizava a água para enormes mecanismos de irrigação artificial. Inventou a bússola vários séculos antes da Europa. O mesmo aconteceu com a pólvora, que não era usada sobretudo para fins militares, mas na fabricação de fogos de artifício. As técnicas

de fundição de ferro começaram a ser usadas na China no século VI a.C., enquanto na Europa só foram introduzidas na Baixa Idade Média. A partir do século II a.C. na China já se produzia aço; a metalurgia chinesa estava, portanto, muito mais avançada do que em qualquer outra parte do mundo. Os grandes avanços científicos e técnicos na China, porém, como veremos, não deram origem a uma transformação econômico/social à altura deles.

A filosofia dominante na China, codificada inicialmente por Confúcio (551-479 a.C.), não era uma religião ou um sistema filosófico acabado, mas uma série de conceitos morais configurando um conjunto voltado para as relações humanas, existente uma geração antes da era de Péricles, na Grécia. O confucionismo era uma filosofia que pregava o respeito às hierarquias, de enorme importância e singular solidez na velha China. Na tradição cultural chinesa existia um sentido da história e uma tradição filosófica orientada para os problemas políticos e morais muito mais do que para a especulação metafísica, como acontecia no Ocidente. Confúcio apregoava o respeito pelas ideias tradicionais e, nas relações sociais, o respeito pelas hierarquias superiores, o imperador, o pai, o marido. A ortodoxia confuciana deixava de lado quase por completo os problemas religiosos e ontológicos, se centrando, de um lado, nas questões da cultura moral individual e, de outro, nas relações familiares, sociais e políticas. Segundo Ana Maria Saldanha, "o pensamento de Confúcio não pode ser compreendido sem se atentar nas condições materiais da época.

A filosofia confucionista, embora centrada na moral e na virtude, emerge de um contexto em que a sobrevivência das comunidades dependia do cultivo da terra e da gestão dos recursos hídricos".

Confúcio e Mêncio, seu atualizador, "procuraram que o sistema de pensamento que advogavam fosse adotado pelas classes dirigentes suas contemporâneas; a filosofia confucionista se apresenta como interdependente da infraestrutura económica: as questões que se interligam com a exploração e a posse da terra, assim como com as taxas subsequentes que os camponeses e trabalhadores agrícolas deveriam pagar. Ambos os filósofos demonstraram uma preocupação significativa com as bases econômicas do Estado, incluindo a terra, a tributação e a produção agrícola, defendendo uma tributação justa e criticando a imposição de taxas excessivas que empobrecessem o povo". A filosofia chinesa, por trás de uma aparência tradicionalista e conservadora, registrava a dinâmica e as mudanças econômico-sociais, ao ponto de se propor que os primeiros confucianos eram, na verdade, "revolucionários com uma fachada conservadora".

Durante a "nossa" Idade Média, os maiores circuitos econômicos do mundo se encontravam na China. Com o desenvolvimento das trocas e da economia mercantil, houve uma importante circulação monetária no país. A burguesia mercantil, porém, não investiu, ou investiu só em pequena escala, o processo de produção, que continuou nas mãos de produtores independentes subordinados às autoridades.

Houve, em decorrência, uma descontinuidade no processo de acumulação capitalista primitiva, em que pesem os avanços científicos e técnicos chineses que, em boa parte, precederam os da "revolução científica (e tecnológica)" europeia do século XVII. A burguesia comercial oriental permaneceu como uma classe intermediária entre os produtores, até uma estagnação econômica, acompanhada de epidemias de fome recorrentes, serem sucedidas por um fechamento do Império Chinês, provocado por investidas externas, eventos que foram preparando o terreno para mudanças profundas no Celeste Império. Em contraste com o retrocesso árabe e a estagnação chinesa, a expansão do rádio das atividades europeias estava inscrita em motivos econômicos, na lógica que conduziu à paulatina dissolução dos vínculos senhoriais, à ampliação do rádio do comércio e à impulsão da produção mercantil, acompanhados de uma renovação científica, técnica e ideológica. Antes da chamada Era Moderna, nos séculos XIV e XV, Europa ocupava no mundo, economicamente, uma posição intermediária, não tão avançada quanto algumas áreas (como a China), nem tão primitiva como outras.

A descontinuidade das relações do Oriente com Ocidente foi quebrada com a chegada de Vasco da Gama a Calcutá, em 1498, na procura de "especiarias e cristãos", fato que, nas palavras de Giorgio Bocca, "marcou o início de relações diretas e contínuas entre a Ásia Oriental e o Ocidente europeu. Nos séculos precedentes, períodos de quase total e recíproco isolamento foram seguidos por

etapas em que relações comerciais tinham certo desenvolvimento, através de populações intermediárias ou por iniciativas isoladas de comerciantes aventureiros, sobretudo italianos. A tentativa de estabelecer relações políticas, com o envio de embaixadas político-religiosas do papa ou de reis cristãos, nos séculos XIII e XIV, embora fecunda para o enriquecimento dos conhecimentos europeus sobre a Ásia, foi frustrado pela decadência do poder mongol". O império mongol, nos séculos XIII e XIV, foi o maior império de terras contíguas da história e o segundo maior império em área, perdendo só para o posterior Império Britânico. Começou a se dividir no século XIV, devido a guerras de sucessão. Os mongóis perderam a maior parte da China para forças rebeldes que deram origem à dinastia Ming e fugiram para sua base territorial original na Mongólia. A "Horda Dourada" perdeu contato com a Mongólia e a China. O forte sentimento popular hostil ao governo "estrangeiro" levou a rebeliões camponesas que terminaram por repelir os mongóis de volta às estepes e a instituir a dinastia Ming em 1368. Durante o governo mongol, a população chinesa havia sido reduzida em um 30%, para um total estimado em 60 milhões de pessoas.

Um século e meio depois da epopeia oriental de Vasco da Gama, na China conquistou o poder a dinastia Qing, de origem manchu, que submeteu os povos tradicionais da China central. A nova dinastia (1644–1911) foi fundada após a derrota dos Mings, a última Dinastia *han*, pelas mãos dos manchus. Estes invadiram a China a partir do Norte

no final do século XVII. Embora fossem conquistadores estrangeiros, adotaram rapidamente as regras de governo confucianas e terminaram por governar na mesma linha das dinastias anteriores. No seu sistema de governo, o imperador tinha o poder supremo em todas as coisas temporais e espirituais, mas seu autoritarismo era limitado pelos ministros e outros funcionários de alta hierarquia. Já avançada a dinastia Qing, o "Império do Meio" foi perdendo gradualmente seu lugar economicamente predominante: calculado em valores atuais estimados, o PIB anual per capita chinês se manteve estável (600 dólares) entre 1280 e 1700, enquanto o europeu, no mesmo período, ascendeu de 500 até 870 dólares. No início do século XVII, no entanto, o PIB estimado da economia chinesa ainda era o primeiro do mundo (96 bilhões de "dólares Geary Khamis"), seguido pelo da Índia (74,25 bilhões) e, em terceiro lugar, a França (15,6 bilhões). A economia europeia não tinha ainda atingido as dimensões da indiana ou da chinesa. Chang'na (Xanghai), na China, era a maior cidade do mundo.

Assim, na altura da chamada Era Moderna (europeia), a imobilidade da estrutura econômica era o nó da singularidade histórica chinesa. A China que os europeus conquistariam no século XIX era uma sociedade estagnada. Buscando as raízes históricas do fenômeno, Karl Marx afirmou, em carta a Friedrich Engels de junho de 1853, que "a ausência da propriedade privada é a chave para todo o Oriente. Assenta-se nisto a respectiva história política e religiosa. Mas por que motivo os orientais não chegaram

a ter uma propriedade fundiária, nem mesmo a feudal? Acredito que a razão resida, sobretudo, no clima somado às condições do solo, especialmente das grandes zonas desérticas. Nestas regiões, a irrigação artificial é a primeira condição para a agricultura, e esta compete às províncias ou ao governo central. No Oriente, o governo sempre teve apenas três ministérios: finanças (saque interno), guerra (saque externo e interno) e trabalhos públicos, que cuida da reprodução". Tomando como base de análise principalmente a Índia, Marx fez observações acerca das "sociedades asiáticas", afirmando que eram dominadas por uma camarilha governante despótica, que residia nas cidades e expropriava o excedente de comunidades camponesas/artesanais de aldeias em grande parte autárquicas e indiferenciadas. Surgia assim a ideia de "modo de produção asiático", no qual as classes dominantes extraem o sobre produto sem deterem a propriedade direta dos meios de produção.

Marx indicou que "o caráter estacionário desta parte da Ásia, a despeito de toda a agitação sem objetivo na superfície política, explica-se por duas circunstâncias que se completam: 1) As obras públicas de que se ocupa o governo central; 2) Todo o império, sem contar umas quantas cidades grandes, está dividido em aldeias, cada uma com uma organização completamente separada, constituindo um pequeno mundo à parte". Não foram observações incidentais, sem alcance geral. Marx observava três possíveis evoluções a partir da comunidade primitiva, em direção ao escravismo, ao feudalismo ou ao modo de produção asiático,

correspondente a sociedades de classes que desconheciam a propriedade da terra, mantinham uma estrutura de aldeias autossuficientes, com o Estado exercendo um papel produtivo e organizador de vastos sistemas de irrigação. Para Claude Lefort: "O modo de produção asiático ou oriental põe em xeque não apenas a ideia de uma continuidade do processo histórico na escala da humanidade, mas também a da inelutabilidade da mudança social, conforme ao esquema da história evolutiva. O que faz sua originalidade é que nele os homens se mostram inteiramente dependentes de sua comuna, não apenas sua relação à terra é mediatizada pela relação comunitária, mas eles não têm a propriedade do solo que cultivam; são apenas seus possuidores".

No período feudal europeu, os impérios e reinos da China, da Índia, da Pérsia, e de vastas regiões da África, permaneceram como Estados, se não fortemente centralizados, ao menos suficientemente unidos como para não poderem ser qualificados de feudais. O papel dominante do Estado nessas sociedades era devido ao seu monopólio da propriedade da terra, seu poder político e militar absoluto e seu controle sobre os sistemas hidráulicos, que implicavam um poder centralizado e despótico sobre toda a sociedade. As formas de escravidão existentes na Europa estavam ausentes: o escravismo estava subordinado à produção agrária. A terra pertencia ao Estado, que também absorvia a produção artesanal e controlava a circulação interna e o comércio exterior. Os excedentes coletados eram usados para sustentar os sacerdotes, a corte, os burocratas e